

## A PAN-AMAZÔNIA: A CONSTRUÇÃO DE UM TEMA LATINO-AMERICANO

Êça Pereira da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo analisará como o olhar transnacional para a região amazônica foi construído na segunda metade do século XX em três momentos: primeiro intento de um instituto internacional, depois as ações desenvolvimentistas dos Estados Nacionais, com destaque para o Brasil e o Peru e por fim a busca da conexão da região com o global a partir de dois movimentos paralelos e, em muitos momentos, opostos, de um lado os tratados internacionais para obras de infraestrutura e, de outro, compromissos internacionais que visam à preservação da floresta. O objetivo é mostrar como as ações dos Estados Nacionais abriram espaço à elaboração de um olhar transnacional para a Pan-Amazônia. Para tanto, utiliza-se o método de história comparada inicialmente proposto por Bloch (1992) e seus desdobramentos, com destaque para a ideia da construção de um espaço transnacional (WEINSTEIN, 2013 e PRADO, 2012). Mostra-se neste trabalho as transformações na lógica de integração que permitiram a emergência de um olhar continental para a região.

**Palavras-Chave:** Pan-Amazônia; Integração; América Latina.

### PAN-AMAZON: THE CONSTRUCTION OF A LATIN AMERICAN THEME

**Abstract:** This article will analyze how the transnational view of the Amazon region was constructed in the second half of the 20th century in three moments: first the intention of an international institute, then the developmental actions of the National States, with emphasis on Brazil and Peru, and finally the search for the connection of the region with the global through two parallel and, at many times, opposing movements, on the one hand, international treaties for infrastructure works and, on the other, international commitments aimed at preserving the forest. The objective is to show how the actions of the National States opened space for the elaboration of a transnational look at the Pan-Amazon. Therefore, the comparative history method initially proposed by Bloch (1992) and its consequences are used, with emphasis on the idea of building a transnational space (WEINSTEIN, 2013 and PRADO, 2012). This work shows the transformations in the logic of integration that allowed the emergence of a continental view of the region.

**Keywords:** Pan-Amazonian; Integration; Latin America.

### Introdução

O processo histórico de colonização da região amazônica foi marcado pela disputa entre as nações europeias que desejavam uma parte do novo mundo: Portugal, Espanha, Inglaterra, França e Holanda conseguiram seus quinhões. Esse processo de disputa e formação da condição fronteira serviu para forjar uma ideia de “medo de perda” ou de “território ameaçado” em cada um dos Estados em

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Tocantins UFT. Email: [ecapereira@uft.edu.br](mailto:ecapereira@uft.edu.br)

que foi dividida ao longo dos processos de independência, a saber: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, França/ Guiana Francesa, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Tal medo é evocado, ainda hoje, por autodenominados nacionalistas em diversas situações. Lembremos que, antes das fronteiras nacionais, existe uma região com características comuns:

(...) sub-bloco localizado no coração de nosso continente que busca espaço e significância geopolítica e econômica, a Amazônia multinacional, a Grande Amazônia ou Pan-amazônia, formada (...) por expressivas porções territoriais de Brasil, Venezuela, Guiana, Suriname, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia.<sup>2</sup>

Se considerarmos fatores ambientais e populacionais, este “sub-bloco” deveria incluir a Guiana Francesa, mesmo se tratando de um departamento de um Estado europeu. Chamamos Pan-amazônia uma região de mais de 7 milhões de km<sup>2</sup>, dividida entre 8 estados nacionais soberanos e um território colonial, que compartilham a maior floresta tropical do planeta permeada pela maior bacia hidrográfica do mundo; onde vivem mais de 30 milhões de pessoas de diversas nacionalidades, culturas e etnias.<sup>3</sup> Estes dados grandiloquentes explicariam, por si mesmos, a necessidade de cooperação entre os Estados que compõem este caleidoscópio de diversidade ambiental e social, contudo, o primeiro tratado de cooperação que abarcou a todos – exceto a Guiana Francesa – foi assinado apenas em julho de 1978.<sup>4</sup>

O tema da integração entre os países da América surgiu simultaneamente à própria formação dos Estados nacionais entre o final do século XVIII e a primeira parte do século XIX, pois a ideia da unidade aparecia como um meio de fazer frente a uma possível tentativa espanhola de recuperação de suas antigas colônias.<sup>5</sup>

---

<sup>2</sup> SILVA, O. M. A; HOMMA, A. K. O. (orgs.). **Pan-Amazônia: visão histórica, perspectivas de integração e crescimento**. Manaus: FIEAM, 2015. p. 41.

<sup>3</sup> Cf.: PENNA FILHO, P. Reflexões sobre o Brasil e os desafios Pan-Amazônicos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 56, n. 2, p. 94-111, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35829339006>. Acesso em: 10/08/2020.

<sup>4</sup> O Tratado de Cooperação Amazônica foi assinado em julho de 1978 por Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela; a Guiana Francesa, que está localizada na Amazônia ficou de fora por não ser um estado soberano, mas um território da França.

<sup>5</sup> Cf.: BRAGA, M. B; FIGUEIREDO, A. G. B. Simón Bolívar e o Congresso do Panamá: o primeiro integracionismo latino-americano. Passagens. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**. Rio de Janeiro: vol. 9, no. 2, p. 308-329, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistapassagens/article/view/45959>. Acesso em: 11/08/2020.

Pouco mais tarde, após o fim da Gran-Colômbia, houve uma Confederação Peru-Bolívia (1836-1839) e deve-se destacar, ainda, as primeiras Conferências Pan-Americanas (1889-1928) precursoras do que se tornaria Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1948.<sup>6</sup>

Apenas com a criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e a emergência do subdesenvolvimento e da resistência ao imperialismo como problemas comuns, é que os Estados começaram a, lentamente, firmar acordos pontuais. Curiosamente, foram os problemas comuns que consolidaram uma identidade latino-americana, que tem como base a relação de exploração com os centros do capitalismo.<sup>7</sup> Décadas mais tarde, com o novo contexto da pressão dos “mercados” – panaceia do capitalismo do final do século XX – é que os Estados efetivaram a aproximação, inicialmente, comercial, e depois noutros setores, ainda que a panaceia do mercado tenha guiado muitas de suas ações.

De acordo com a tese de Nunes,<sup>8</sup> os esforços de aproximação entre os países que compartilham a Amazônia foram, em boa medida, motivados por pressões externas, ou seja, os momentos de aproximação foram reações à sensação de ameaça estrangeira às suas soberanias.

Neste artigo analisaremos três momentos da construção de um conceito de Pan-amazônia, comparando Brasil e Peru, países com as maiores porções de espaços amazônicos. O primeiro momento aqui abordado será a segunda metade dos anos 1940, com o projeto do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA); depois, entre os anos 1950 e 1980, em que, mesmo com as grandes obras justificadas numa perspectiva nacionalista, havia um horizonte de integração continental. Já no terceiro momento, entre o final do século XX início do XXI, abordaremos a articulação da Organização do Tratado da Cooperação Amazônica e o lançamento da Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana (IIRSA), que

---

<sup>6</sup> Cf.: DULCI, Tereza Maria Spyer. **As conferências pan-americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889-1928)**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

<sup>7</sup> Cf.: FARRET, R. L; PINTO, S. R. América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. **Topoi**. Rio de Janeiro, v. 12, n.23, p. 30-42, 2011. Disponível em:[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-101X2011000200030&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2011000200030&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 19/08/2020.

<sup>8</sup> NUNES, Paulo Henrique Faria. **A institucionalização da Pan-Amazônia**. Curitiba: Editora Prismas, 2018.

projetou quatro grandes eixos de obras para integração física com a região amazônica.

A inexistência anterior a 1978 de grandes tratados oficiais que envolvessem todas as nações amazônicas não significa que suas populações não mantivessem contatos entre si – estes existem desde antes da conquista.<sup>9</sup> Significa, apenas, que os Estados amazônicos não tinham um acordo único para contatos privilegiados. Uma explicação possível para isso consiste no fato de que, em todos eles, os centros de poder foram forjados próximos ao litoral, onde se concentraram os elos com os centros capitalistas (exceto na Bolívia, onde a dinâmica deu-se entre o altiplano e a planície).

Sendo assim, a região amazônica ficou secundarizada em relação aos centros de poder nos Estados em que foi dividida. No entanto, isso não significa que foi esquecida pelos centros de poder, tanto nacionais quanto internacionais. Ao contrário, a região foi objeto de muitas ações estatais que, ao serem impostas, tiveram, em muitos casos, declarado sentido colonialista com a justificativa da “integração” ou do “bem nacional”. Tais ações, até anos bem recentes do século XX, desconsideraram ou minimizaram os impactos para as populações locais e ainda foram pensadas na lógica da defesa das fronteiras, tomando os vizinhos como “ameaças”.<sup>10</sup>

Apesar das construções dos Estados nacionais nas Américas – com suas consequentes fronteiras – terem sido elaboradas, em sua maior parte, na primeira metade do XIX, esse processo na região amazônica é mais recente e ainda há querelas em andamento.<sup>11</sup> Esta situação contribuiu para complexificar o movimento de aproximação entre os vizinhos.

---

<sup>9</sup> Cf.: CALAVIA SAEZ, Oscar. O inca pano: mito, história e modelos etnológicos. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 6, n.2, p. 07-35, 2000 Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132000000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132000000200001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em:18/08/2020.

<sup>10</sup> Cf.: ZÁRATE BOTÍA, Carlos Gilberto. El largo e incierto camino de la integración fronteriza en la Amazonia In: SILVA, Osiris M. Araújo HOMMA, Alfredo K. Oyama. (orgs.) **Pan - Amazônia: visão histórica, perspectivas de integração e crescimento**. Manaus: FIEAM, 2015 p. 435-448

<sup>11</sup> A fronteira entre o Brasil e a Bolívia foi acertada em 1902 com a compra do Acre, antecedida por conflitos locais, já os limites entre Peru e Colômbia foram acertados em 1934, após conflito armado dois anos antes; a Guiana cuja independência data de 1966 tem uma parte de seu território reivindicada pela Venezuela e outra pelo Suriname, cuja independência ocorreu em 1976. NUNES, Paulo Henrique Faria *Op. cit.* p. 38-57.

Ao longo deste artigo compararemos as ações estatais brasileira e peruana para suas respectivas regiões amazônicas, destacando como as respostas às demandas internacionais – seja para preservar, seja para integrar a região à dinâmica capitalista global – contribuíram para a construção de uma concepção de Pan-Amazônia latino-americana, ou seja, transnacional.

Conforme Maria Lígia Prado,<sup>12</sup> a comparação e a concepção transnacional de história são complementares, como se verá aqui. Assim, afirmamos a “unidade do problema” como sustentáculo da comparação em história, de acordo com o proposto por Bloch<sup>13</sup> e, ainda, a unidade da região, posto que a Amazônia é, simultaneamente, una e múltipla.<sup>14</sup>

Cabe ainda indicar que trata-se de um problema do tempo presente, uma vez que analisaremos o surgimento de uma concepção de Pan-Amazônia desde os anos 1940 e que ainda está em elaboração e fortalecimento.<sup>15</sup> Além disso, apesar das muitas críticas e impactos, verificaremos a permanência de certas lógicas de ação estatal que pouco consideram impactos locais e em concepções de crescimento econômico fortemente difundidas na segunda metade do XX.

### **O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica: o veto ao olhar transnacional.**

O projeto de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA) consistia em um amplo centro de pesquisas sobre a região, que abarcaria todos os países amazônicos em diversos âmbitos das ciências, tais como a botânica, química, zoologia, medicina, antropologia, dentre outros. Os resultados deveriam contribuir para melhorar a qualidade de vida das populações locais, incluindo, para além da pesquisa básica, os aspectos da educação, saúde e cultura. Deveria ser um instituto internacional, pois consistia numa concepção de Amazônia macro, para

---

<sup>12</sup> Cf.: PRADO, Maria Lígia. América Latina: história comparada, histórias conectadas, história transnacional. **Anuario Digital Escuela de História**. Rosário, n. 24, p. 9-22, 2012. Disponível em: <https://rephip.unr.edu.ar/handle/2133/3719>. Acesso em: 20/09/2020.

<sup>13</sup> Cf.: BLOCH, M. Por una historia comparada de las sociedades europeas. In: **Una historia viva**. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1992 p. 63 – 98.

<sup>14</sup> Cf.: PIZARRO, A. **Amazônia - as vozes do rio: imaginário e modernização**. Trad. Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

<sup>15</sup> Cf.: CAMPOS, Emerson LOHN, Reinaldo. O Tempo presente entre operações e tramas. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 24, p.97-113, 2017. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1176/687>. Acesso em: 20/09/2020.

além das fronteiras nacionais, sendo concebido com base no bioma. Embora fortemente submetido aos governos nacionais, enfrentou forte oposição daqueles que o viam como ameaça às soberanias nacionais.

O projeto IIHA foi amplamente discutido na segunda metade da década de 1940, momento do pós-guerra e de reorganização das relações entre os Estados, com fundação de diversas agências internacionais vinculadas à recém-criada Organização das Nações Unidas. Segundo Maio,<sup>16</sup> enquanto projeto de uma instituição internacional específica para a Amazônia, que permearia todo o bioma transnacionalmente, o IIHA foi proposto pelo engenheiro químico brasileiro de reconhecida carreira internacional, Paulo Estevão Berrêdo Carneiro.

O projeto foi tema de diversas reuniões internacionais – Paris (1946), Belém e Cidade do México (1947) e Iquitos (1948). Foi nesta última reunião que ficou acertada o que seria sua versão mais conhecida, chamada Protocolo de Iquitos, que ganhou, ainda, algumas adições e passou a ser o Protocolo do Rio de Janeiro, em 1950.

O primeiro artigo do Protocolo é muito claro em definir suas funções e expor, à contrapelo, as críticas das quais era alvo.

Os Estados Contratantes, por meio da presente Convenção, criam o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, com o objetivo de promover, conduzir, coordenar e divulgar os estudos sobre a mencionada zona geográfica, em que possuem território a Bolívia, o Brasil, a Colômbia, o Equador, a França, a Grã-Bretanha, os Países Baixos, o Peru e a Venezuela.

I – Fica expressamente excluída das atividades do Instituto qualquer forma de exploração econômica da região.

II – As descobertas de valor econômico realizadas por pessoas a serviço do Instituto serão imediatamente comunicadas ao Governo do país em que tenham sido efetuadas.

III – Nem o Instituto, nem as pessoas a seu serviço poderão utilizar suas investigações e descobertas em proveito econômico próprio ou de terceiros. Tal utilização em um país compreendido na área geográfica da Hiléia Amazônica só poderá ser feita nos termos prescritos pelo respectivo direito interno.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> Cf.: MAIO, Marcos Chor. A UNESCO e o projeto de criação de um laboratório científico internacional na Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 115-130, 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142005000100008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 20/02/2020.

<sup>17</sup> Protocolo do Rio de Janeiro apud NUNES, Osório. **Introdução ao Estudo da Amazônica Brasileira**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1951. p. 189-190.

A citação acima evidencia o temor de que o instituto científico pudesse utilizar qualquer descoberta para fins de exploração econômica, além disso, transparece também a sujeição do instituto às autoridades e ao direito dos Estados membros.

Ainda segundo Maio,<sup>18</sup> o projeto enfrentou forte oposição, principalmente no Brasil. A oposição internacional, segundo o autor, foi por conta do alto custo previsto para instituto, particularmente, os EUA se opuseram ao fato de que as pesquisas poderiam servir aos interesses de políticos locais. Conforme o autor, após as bombas atômicas, havia um consenso no ambiente científico internacional sobre a necessidade de afastamento entre o trabalho científico e as demandas dos Estados Nacionais. Dada a latente carência de políticas públicas na região amazônica, era muito difícil justificar as pesquisas sem buscar resultados que pudessem ser utilizados por governos locais.

No Brasil, o projeto enfrentou forte oposição nacionalista que desconfiava dos interesses internacionais nas riquezas da região. Apesar das boas intenções dos renomados cientistas brasileiros defensores do IIHA (entre os quais estavam, além de Berrêdo Carneiro, Heloísa de Alberto Torres e Lineu de Albuquerque Melo), os críticos viam o IIHA como um perigo às soberanias nacionais dos Estados amazônicos.<sup>19</sup>

Maio<sup>20</sup> explica que o fracasso do projeto, no Brasil, esteve muito atrelado à acirrada campanha nacionalista e, nos outros países latino-americanos, à instabilidade institucional, pois pouco fizeram para efetivar o projeto; e também, ao crescente desinteresse da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em promovê-lo, além das disputas pela hegemonia do projeto entre Brasil e Peru.

No Peru, o projeto do IIHA contou com apoio do governo que sediou a reunião e elaborou a proposta mais completa do Instituto, conhecida como Protocolo de Iquitos. A mensagem anual que o presidente Bustamente y Riveros enviou ao Congresso por ocasião das festas pátrias (28 de julho de 1948),

---

<sup>18</sup> Cf.: MAIO, Marcos Chor. *Op. Cit.*

<sup>19</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Cia. Editora Americana, 1972.

<sup>20</sup> Cf.: MAIO, Marcos Chor. *Op. Cit.*

recomendou fortemente o apoio à criação do Instituto. Deve-se destacar que, mesmo com seu fracasso – ao final nenhum dos países signatários ratificou nem o Protocolo de Iquitos, tampouco o do Rio de Janeiro – o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica teve o mérito de colocar em pauta a dimensão internacional da Amazônia e destacar que as diversas nacionalidades em que a região foi dividida deveriam somar esforços se quisessem de fato promover pesquisas científicas e solucionar os problemas locais.

### **Ações estatais, desenvolvimentismo, integração e concepções colonialistas**

Entre as décadas 1950 e 1970 o desenvolvimentismo tornou-se a pauta de todo o continente. Em 1948 foi criada a CEPAL – Comissão Econômica para América Latina – e, a partir de seus estudos, indicou caminhos para a superação da dependência dos países latino-americanos em relação aos países centrais do capitalismo. Tais caminhos eram a industrialização e o fortalecimento dos mercados internos, o que fazia da integração territorial um imperativo. Era o auge do “nacional desenvolvimentismo”, que se manifestou especificamente na região amazônica com ações para integrá-la às dinâmicas econômicas nacionais. O economista Pedro Cezar Dutra Fonseca definiu o desenvolvimentismo da seguinte forma:

Embora haja controvérsias sobre seu significado e alcance, este [desenvolvimentismo] é entendido, numa primeira abstração que servirá de ponto de partida, como possuindo um “núcleo duro” que o caracteriza em suas várias manifestações concretas, como a defesa: (a) da industrialização, (b) do intervencionismo pró-crescimento e (c) do nacionalismo, embora este deva ser entendido num sentido muito amplo, que vai desde a simples retórica ufanista conservadora até propostas radicais de rompimento unilateral com o capital estrangeiro.<sup>21</sup>

Segundo Ricardo Bielschowsky, o desenvolvimentismo foi o grande tema do pós-guerra até a ascensão do neoliberalismo na década de 1970. Essa definição é sobre o caso brasileiro, mas pode ser generalizada para todos os países que eram, até então, fornecedores de matérias-primas aos países industrializados:

---

<sup>21</sup> FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e Precursores do desenvolvimentismo no Brasil. In BASTOS, Pedro Paulo Zahluth e FONSECA, Pedro Cezar Dutra (orgs) **A era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Ed Unesp, 2012. p. 21-49.

(...) ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais:

- a) industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro;
- b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje;
- c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e
- d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente.<sup>22</sup>

Na década de 1960, durante o ápice do desenvolvimentismo na América Latina, começaram os primeiros intentos de integração econômica. O ideal cepalino era industrializar a região de forma integrada, inclusive com seus mercados consumidores. Em 1960, foi assinado o Tratado de Montevideu formalizando a ALALC – Associação Latino Americana de Livre Comércio, que não prosperou devido às muitas divergências entre os países membros. Apesar disso, a ALALC colocou o tema da integração como meio para fomentar o desenvolvimento dos países latino-americanos.

Em 1966 houve uma reunião entre os presidentes da Colômbia, Chile, Equador e representantes da Bolívia e Peru, que resultou numa declaração, no âmbito da ALALC, pedindo fórmulas e práticas adequadas às condições de menor desenvolvimento em comparação aos outros países da associação: começava a aproximação dos países andinos, sendo que dos cinco, quatro também são amazônicos.<sup>23</sup>

No Brasil, os olhares para a região amazônica partiam do recorte nacional. O nacionalismo passou a ser uma bandeira de mobilização do Estado desde a chamada “Revolução de 1930” e assim seria até idos de 1980. Com o fim da ditadura, quando Estado e sociedade começaram a realinhar seus lugares, esta

---

<sup>22</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. p. 7.

<sup>23</sup> Cf.: GONZALEZ ARANA, Roberto. El pacto Andino (1969-1999): un balance a tres décadas de su fundación. **Investigación y Desarrollo** Barranquilla, n. 10, p. 124-139, 1999.

pôde expor toda sua pluralidade para além do ideal de unidade implicado no nacionalismo.

Para promover o crescimento econômico e a integração da região amazônica aos centros urbanos do território, foi criada, em 1953, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que, em 1966, foi transformada em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Esta instituição consistiu num esforço do governo federal para fomentar atividades econômicas na região e promover sua integração ao restante do país, principalmente via estradas de rodagem. Ela deveria elaborar planos e articular as diferentes esferas de governo - local, estadual e federal.

Em 1954, Arthur César Ferreira Reis, então superintendente da SPVEA, numa conferência na Escola Superior de Guerra sobre a instituição que dirigia, defendeu o planejamento estatal contra os liberais que o identificavam com o comunismo. O que demonstra a forte oposição que o desenvolvimentismo enfrentou devido ao contexto da Guerra Fria que perpassava todas as discussões daquele período. Seu argumento, na defesa da intervenção da União e com cuidado para não ferir as “susceptibilidades autonomistas” locais, pautava-se na necessidade de investimentos, de recursos técnicos e financeiros para superar os desequilíbrios entre as regiões, que no limite poderiam comprometer “a estabilidade da unidade política”.<sup>24</sup>

A comissão de planejamento do SPVEA contava com nove representantes dos estados brasileiros e territórios amazônicos,<sup>25</sup> além do superintendente e seis técnicos nomeados pelo presidente da República, ou seja, todos vinculados à máquina do Estado. Na conferência na Escola Superior de Guerra foram apresentados os seguintes objetivos para a SPVEA:

- a) criar na Amazônia uma produção de alimentos pelo menos equivalente às suas necessidades de consumo;
- b) completar a economia brasileira, produzindo na Amazônia, no limite de suas possibilidades, matérias-primas e produtos alimentares importados pelo país;
- c) promover a exploração das riquezas energéticas e minerais da região;

---

<sup>24</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Experiências do Planejamento Regional no Brasil**. Curso Superior de Guerra. C-82-54. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1954. p. 11.

<sup>25</sup> Naquela época havia os territórios de Guaporé, Amapá e Acre, que não eram Estados.

- d) desenvolver a exportação das matérias-primas regionais;
- e) converter, gradualmente, a economia extrativista praticada nas cidades, em economia agrícola e industrial;
- f) estimular a criação de riqueza e sua movimentação através de sistemas de créditos adequados;
- g) elevar o nível de vida e de cultura técnica e política de suas populações.<sup>26</sup>

Tais objetivos alinham-se à definição de desenvolvimentismo acima mencionada: consistem em fazer da Amazônia fornecedora de matérias-primas e energia para a industrialização do país. Destacam-se a produção de alimentos e matérias-primas para a indústria e nenhuma menção ao meio ambiente e às culturas locais, o que demonstra as prioridades na conjuntura dos anos 1950. Chama atenção, também, que a elevação do nível de vida das populações seja o último item mencionado, apesar do fato de que, mais adiante, “a recuperação das populações amazônicas será, portanto, o primeiro objetivo a atingir”.<sup>27</sup> Essa recuperação deveria ser alcançada pela via da colonização, atraindo a população local, garantir-lhe condições para a superação de seu nomadismo.<sup>28</sup> Nas palavras de Ferreira Reis, a colonização da região era importante porque:

A região carece de agricultores profissionais, existindo apenas roceiros que realizam quase que exclusivamente uma ‘agricultura extrativista’. A melhor maneira de ministrar conhecimentos técnicos aos que trabalham a terra será através dos processos de colonização, pois nas colônias torna-se mais simples o apoio financeiro e a posse do instrumental de trabalho necessário, assistência do agrônomo. O mais importante efeito da colonização é, ainda, tornar possível a associação dos agricultores em cooperativas, colhendo, beneficiando e vendendo suas safras, com um sistema de preços mínimos garantidos, que defenda o produtor contra as especulações comerciais.<sup>29</sup>

A ideia de profissionalizar os agricultores e organizá-los em cooperativas para que isso aumentasse a sua produção, do ponto de vista de fomentar um grupo economicamente produtivo, era interessante dentro da lógica capitalista. No entanto, se tratava de uma proposta elaborada por membros de uma instituição governamental, com métodos e objetivos colocados pela mesma, ou seja, algo

---

<sup>26</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Op. Cit.* p. 32-33.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 37.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 38.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 42.

externo ao local onde seriam realizados. Deste modo, percebemos como o plano oficial utilizou o conceito de colonização significando a implementação de políticas que promovessem o progresso material, visando a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores locais, mas a partir de planos elaborados desde fora da realidade que visava transformar. Conforme o próprio superintendente indicou na mesma apresentação, o planejamento foi elaborado sem o devido conhecimento da região: “todos os trabalhos programados esbarram com o problema do desconhecimento em que vivemos até hoje do que é realmente a Amazônia”.<sup>30</sup> Assim, o próprio conferencista reconhecia a falta de conhecimento da realidade e dos sujeitos que pretendia transformar.

Além do desconhecimento da região amazônica, na mesma ocasião, Reis denunciou a falta de financiamento da União para os projetos da SPVEA e a dificuldade em buscar financiamentos privados, de modo que já constatava alguns motivos que levariam a instituição ao fracasso: a falta de financiamento, a dificuldade de coordenação entre a SPVEA e os órgãos municipais e estaduais, assim como a dependência de aprovação de verbas no Congresso, onde a representação da região era pequena e muitas as barganhas partidárias.

Provavelmente, um dos maiores feitos da SPVEA tenha sido a aprovação da lei que instituiu a Zona Franca de Manaus em 1957, que apenas foi realmente implementada dez anos depois, em 1967, já no contexto da SUDAM. A SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus –, que atualmente faz a gestão da ZFM, divide a história desta empreitada em cinco fases: de 1967 a 1975, quando a ênfase era a industrialização por substituição de importações; de 1975 a 1990, onde o foco teria sido fomentar a produção de bens nacionais e de insumos; entre 1991 e 1996, com a abertura comercial em que a ZFM passou por mudanças como a automação e a liberação de importações; entre 1996 e 2002, quando houve a adaptação da região às demandas da globalização e das privatizações e à desregulamentação. A quinta fase, segundo a instituição, consistiria no

---

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 46.

adensamento da cadeia produtiva e investimento em tecnologia e pesquisa principalmente nos setores de biotecnologia e cosméticos.<sup>31</sup>

Segundo os pesquisadores José Alberto M. da Costa e Rosa Oliveira de Pontes,<sup>32</sup> a Zona Franca de Manaus foi muito importante para o crescimento econômico do Amazonas, sendo responsável por 85% do PIB do Estado e, inclusive, formando um mercado interno com trabalhadores cujos salários se equiparavam aos das regiões mais ricas do país. Contudo, a produção ainda dependia de insumos importados e as empresas de isenções fiscais para serem competitivas, sendo assim, a ZFM não conseguiu fomentar um desenvolvimento autônomo e internalizar a riqueza na região.

No Peru também foram elaborados planos de colonização da Amazônia durante as décadas de 1950 e 1960. O primeiro foi elaborado pelos participantes do Centro de Altos Estudos Militares (CAEM), em 1959, focado especialmente na abertura de caminhos entre a Serra e a Selva.<sup>33</sup> O general Romero Pardo, então dirigente do CAEM, apresentou ao presidente Manuel Prado, em 1959, o *Plan de Desarrollo de la Selva*, que consistia numa série de sugestões para desenvolver economicamente a região mais pobre do país, de modo integrado aos objetivos de defesa. Segundo o general, a recusa do presidente ao plano se deu porque o governo temia delegar demasiados poderes aos militares.<sup>34</sup>

O projeto de desenvolvimento regional elaborado pelos militares entrou em conflito com o grupo civil e liberal no poder. De um lado, os militares almejavam um governo mais presente e ativo numa região longínqua e de difícil acesso, onde o crescimento econômico integraria as populações alijadas da presença do Estado e contribuiria para conter o grande êxodo rumo à Costa. Por outro lado, o governo civil temia que a ingerência militar acarretasse num golpe.

---

<sup>31</sup> Cf.: SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS – SUFRAMA. **Modelo Zona Franca** História, 2014. Disponível em: [http://www.suframa.gov.br/zfm\\_historia.cfm#:~:text=A%20Zona%20Franca%20de%20Manaus,d,e%201957%2C%20como%20Porto%20Livre](http://www.suframa.gov.br/zfm_historia.cfm#:~:text=A%20Zona%20Franca%20de%20Manaus,d,e%201957%2C%20como%20Porto%20Livre) Acesso em: 01/11/2020.

<sup>32</sup> Cf.: COSTA, Jose Alberto Machado da PONTES, Rosa Oliveira de. Zona Franca de Manaus (ZFM): circunstâncias históricas e cenário contemporâneo e agenda de aperfeiçoamento. In: SILVA, Osíris M. Araújo HOMMA, Alfredo K. Oyama. (orgs.) **Pan-Amazônia: visão histórica, perspectivas de integração e crescimento**. Manaus: FIEAM, 2015. p. 221-265.

<sup>33</sup> Cf.: RODRIGUEZ BERUFF, J. **Los militares y el poder: un ensayo sobre la doctrina militar em el Peru: 1948-1968**. Lima: Mosca Azul Editores, 1983.

<sup>34</sup> *Ibidem*.

Assim, no Peru, o poder executivo engavetou um plano de desenvolvimento regional que fortaleceria seu poder de ação, para manter seus compromissos com setores exportadores a quem não interessava um Estado interventor e, também, por encarar os militares como ameaça.

A colonização da Amazônia foi bandeira de destaque dos dois governos de Fernando Belaúnde Terry (1963-68 e 1980-85). O arquiteto foi um verdadeiro paladino do que julgava ser a modernização da região e sua integração ao país. Para tanto, não mediu esforços, usando de violência extrema contra populações indígenas, até mesmo aquelas que estavam sendo contatadas naquele momento. Foi dele o primeiro projeto da *Carretera Marginal de La Selva* que deveria ligar as três grandes bacias hidrográficas do continente: Orinoco, Amazonas e Prata.<sup>35</sup>

Em 1966, mesmo ano da supra mencionada reunião dos países andinos, foi publicado o estudo de viabilidade técnica e econômica da *Carretera Marginal de la Selva* trecho Villa Rica-Puerto Pachitea, localizado na amazônia peruana, elaborado pela empresa estadunidense *Tippetts-Abbett McCarthy-Stratton Corporation*, ou simplesmente *TAMS American Corporation*. Esta estrada seria parte de uma rota internacional que atravessaria a Amazônia andina da Venezuela até a Bolívia, atravessando a Colômbia e o Peru, numa extensão total de 5,6 mil quilômetros, formando parte do horizonte de integração latino-americana.<sup>36</sup>

O estudo de viabilidade e custos para o trecho peruano apresentava o objetivo de promover o desenvolvimento por meio da colonização agrícola ao longo da estrada principal e de suas vias vicinais. A ideia era atrair para a região amazônica a população andina que migrava para a Costa, aumentando as periferias de Lima e Callao. O projeto recomendava:

*En consecuencia es recomendable para la región el establecimiento de haciendas grandes que posean un alto grado de mecanización y donde se empleen modernas técnicas agrícolas. Es de esperar que mientras la mayoría de las haciendas se dedicarán a un producto, se cultivarán también otros para dar diversificación y un ingreso estable al agricultor. Deberá estimularse el establecimiento de*

---

<sup>35</sup> DOUROJEANNI, Marc. Belaúnde en la Amazonia. **Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Práctica** Disponível em: <https://www.caaap.org.pe/2017/06/12/belaunde-en-la-amazonia-por-marc-j-dourojeanni/> Acesso em: 29/08/2020.

<sup>36</sup> SNYDER, David E. "The 'Carretera Marginal De La Selva': A Geographic Review and Appraisal." **Revista Geográfica**, Washington, n. 67, pp. 87-100, 1967 Disponível em: [www.jstor.org/stable/40992950](http://www.jstor.org/stable/40992950) Acesso em: 05/08/2020.

*haciendas de 50 a 100 hectáreas y en zonas donde la actividad predominante sea la ganadería, la formación de haciendas más grandes daría mejor resultado.*<sup>37</sup>

Desse modo, observamos a recomendação da formação de grandes propriedades mecanizadas, que na prática significa: concentração da propriedade, da renda e poucas vagas de emprego. O documento sugere ainda o que deveria ser produzido na região, além da criação de gado, também arroz, café, cítricos, assim como fossem implementados cultivos de produtos que, naquele momento, o Peru importava, contribuindo para a melhoria da balança comercial do país. A floresta somente foi mencionada no documento como potencial fornecedora de madeira, pois, uma vez que a estrada estivesse pronta, ficaria mais barato extrair madeira da região para o consumo das populações metropolitanas do que importar de outros países, como então era feito. Isso demonstra que o meio ambiente não era uma preocupação estatal nos anos 1960. Cerca de 20 anos depois, quando o trecho proposto no projeto foi construído, percebe-se certo reconhecimento da pauta ambiental com o esforço de preservação e a criação de duas reservas: o Parque Nacional Yanachaga Chemillen (criado em 1986) e o Bosque de Protección San Matías y San Carlos (criado em 1987). No entanto, havia ainda muitos desafios para a preservação ambiental, sobre a obra deste trecho da Marginal de la Selva realizada na década de 1980:

Posiblemente el colmo de ese comportamiento fue la apertura del trecho de la Marginal entre San Alejandro (Von Humboldt) y Villa Rica. En setiembre de 1980, sin que el personal del Bosque Nacional Alexandre Von Humboldt fuera siquiera prevenido, el Ministro de Transportes de entonces ordenó personalmente que sus tractores pasen encima de los experimentos allí instalados a grande costo. La apertura inconsulta e innecesaria en ese lugar de esa carretera fue el fin de la mayor inversión peruana en manejo de bosques naturales tropicales. El bosque como los indigenas eran apenas obstáculos.<sup>38</sup>

O antropólogo Marc Dourojeanni analisou num artigo de 2017 o papel de Bealúnde Terry para a realização de obras de colonização e integração da selva

---

<sup>37</sup> LA CARRETERA MARGINAL DE LA SELVA – VILLA RICA-PUERTO PACHITEA. **Estudio de factibilidad Técnica y económica.** Lima: INP/ New York: TAMS American Corporation, 1966. p. 18.

<sup>38</sup> DOUROJEANNI, M. *Op. Cit.* s/p.

peruana. Segundo o antropólogo, o ex-presidente era um homem extremamente culto e de uma reputação ilibada, entretanto, fez da ocupação e da integração da selva uma ideia fixa. Além da abertura de estradas, iniciadas em sua primeira gestão e que seguiram de maneira intermitente até o início do século XXI, Belaúnde foi pioneiro em propor a abertura de hidrovias. Dourojeanni mencionou duas viagens à região amazônica feitas por Belaúnde para difundir seu projeto de interligação de bacias hidrográficas, contrariando recomendações de especialistas na região.

A primeira viagem, realizada em 1983, deveria percorrer o trajeto de Iquitos até Manaus, encalhou diversas vezes no caminho, enfrentou muitos obstáculos e inclusive criou atritos com a diplomacia brasileira. No ano seguinte realizou a segunda viagem à amazônia peruana, cujo trajeto pelas bacias do Ucayali e Madre Dios teve consequências mais sérias: a comitiva presidencial foi atacada por indígenas não contatados anteriormente, que feriu um membro da comitiva, o revide militar matou dois nativos.<sup>39</sup>

Em 1970 outra estrada foi aberta na região gerando forte impacto: a BR 230, mais conhecida como Rodovia Transamazônica. O projeto previa uma estrada com cerca de 5 mil quilômetros de extensão ligando o interior da Amazônia ao litoral do Nordeste brasileiro, e foi justificado pela necessidade de integração e desenvolvimento nacionais. A defesa de empreendimento de tal monta pelo governo ditatorial à imprensa, afirmava que se tratava de solucionar os problemas das duas regiões mais pobres do país com uma só medida: tirar o “excesso” de população da região seca do Nordeste e levá-la à “vazia” região amazônica, reeditando a migração do segundo ciclo da borracha, nos anos 1940, como se tratasse de uma solução original. O projeto previa núcleos de colonização e exploração de minérios como ferro, estanho e alumínio.<sup>40</sup>

Além disso, o projeto partia da concepção geopolítica dos militares: ocupar o “deserto verde” e controlar as fronteiras do país. O discurso oficial sublinhava a necessidade de abrir vias terrestres às fronteiras, tanto para levar mercadorias

---

<sup>39</sup> Cf.: *Ibidem*.

<sup>40</sup> Cf.: OLIVEIRA NETO, Thiago. Rodovia Transamazônica: Falência De Um Grande Projeto Geopolítico. **Revista Geonorte**, Manaus, v. 4, n. 12, p. 282 - 298, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/revista-geonorte/article/view/1166>. Acesso em: 10/08/2020.

brasileiras aos nossos vizinhos amazônicos, quanto para manter o controle sobre o território fronteiriço, principalmente via presença mais intensiva das forças armadas e do Estado. Segundo o General Golbery do Couto e Silva, o território brasileiro estava dividido em “ilhas” que precisavam ser integradas para que o Brasil aproveitasse plenamente sua continentalidade, pois até então ocupava melhor apenas o seu espaço Atlântico. Nesta lógica, a região amazônica era vista como um deserto a ser ocupado, de modo que o movimento proposto era o “tamponamento das fronteiras abertas”.<sup>41</sup>

A implementação de tal projeto impactou profundamente a região em diversos sentidos: a devastação da floresta para a construção da estrada, para a exploração de minérios, a posterior instalação de hidrelétricas para o fornecimento de energia para as mineradoras (a inauguração de Tucuruí foi em 1984) e, decorrente de tudo isso, uma grande desestruturação das sociedades que ali viviam, especialmente as indígenas.<sup>42</sup>

Este processo afetou seriamente as sociedades da região: o Estado fomentou a migração de milhares de nordestinos, mas não garantiu acesso à terra, dando início à uma espiral de violentas disputas que continuam até a atualidade.

No período de 1964-1984, as regiões Centro-Oeste e Norte se tornaram palcos de investimentos nacionais e estrangeiros e ao governo brasileiro interessava ocupar a Amazônia - isto é, integrá-la ao território nacional e torná-la produtiva. Do ponto de vista social, por mais que os documentos oficiais e as autoridades dissessem o contrário, o plano era bastante deficiente; o contingente de migrantes que se embrenhou no Cerrado e na Amazônia a fugir da pobreza se converteu em ferramenta do Estado e eis aí um paradoxo: a terra não era instrumento de política social mas o ser humano era instrumento de política territorial.<sup>43</sup>

Roberto Araújo<sup>44</sup> demonstrou que as disputas de terras na região continuam intensas, apesar das novas formas de distribuição de terras baseadas no

---

<sup>41</sup> SILVA, Golbery do Couto. **Conjuntura política nacional: o poder executivo & Geopolítica do Brasil**. 3ªed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981. p. 55.

<sup>42</sup> Cf.: OLIVEIRA NETO, T. *Op. Cit.*

<sup>43</sup> NUNES, Paulo Henrique Faria *Op. Cit.* p. 144.

<sup>44</sup> Cf.: ARAUJO, R. *et al.* Territórios e alianças políticas do pós-ambientalismo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 33, n. 95, p. 67-90, 2019. Disponível em:

usufruto coletivo e na manutenção da floresta “em pé” pois, ainda faltam iniciativas e presença governamentais para viabilizar economicamente estas práticas. Além disso, a concorrência com formas de exploração que contam com incentivos e mercados, como a criação de gado ou plantação de soja, terminam por empurrar aqueles ali instalados, sem forte vinculação com a floresta, às práticas destruidoras, mas economicamente atraentes.<sup>45</sup>

Segundo Paulo Roberto de Albuquerque Bonfim<sup>46</sup> as diversas ações da ditadura militar brasileira na Amazônia objetivaram integrar o território nacional, o que na concepção dos planejadores era fazer coincidir fronteiras políticas e econômicas. O autor mostrou como os Planos de Desenvolvimento Nacionais e os Planos de Desenvolvimento Amazônicos introduziram na região diversas atividades econômicas alheias às populações que ali viviam. O desejo de “inundar a Hilea de civilização”, demonstrava o quanto os planejadores ignoravam os povos que ali viviam suas civilidades.

Enquanto os governos no Brasil e no Peru, ancorados numa visão de desenvolvimento nacional, implementavam seus planos de colonização da floresta, outros grupos alarmados com os impactos propunham uma visão mais integrada da região e a preservação tanto ambiental como cultural emergia como pauta das discussões públicas. Porém, anos mais tarde, o olhar mais integrador para a região passou também a ser argumento para que alguns grupos defendessem grandes obras de infraestrutura na região.

### **A dimensão continental do bioma: entre a preservação e as demandas do mercado global**

Depois de um período de predominância de projetos e ações que visavam o crescimento econômico e a integração da região amazônica aos centros de poder e de concentração populacional tanto no Brasil como no Peru, um olhar para região em suas particularidades, além das fronteiras internacionais, mobilizou novas

---

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142019000100067&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142019000100067&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 14/08/2020.

<sup>45</sup> *Ibidem*.

<sup>46</sup> BONFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. Fronteira Amazônica e planejamento na época da Ditadura Militar no Brasil: inundar a hilea de civilização? **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v. 30 n.1, p. 13-33, 2010.

ações em dois diferentes sentidos: de um lado, grupos que visavam a preservação do bioma, de outro, aqueles que almejam a construção de uma moderna infraestrutura para interligar a floresta às redes globais de comércio.

O primeiro movimento ganhou dimensão internacional institucional em 1972, na cidade de Estocolmo - Suécia, quando aconteceu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Este evento foi marcado pela divulgação de dados que indicavam a piora das condições ambientais do planeta decorrentes da industrialização e do crescimento do consumo. A situação de emergência ambiental motivou a disputa entre dois conjuntos de países: de um lado, os subdesenvolvidos, que defendiam o seu direito ao desenvolvimento acima de qualquer limitação internacional, com o argumento de que os danos ambientais se deviam à industrialização e ao consumo dos países ricos, sendo assim, estes que deveriam arcar com os custos da preservação. De outro lado, os países desenvolvidos que acusavam os pobres de não terem condições de preservar seus biomas e adotarem práticas predatórias ao perseguirem o progresso. Este foi um momento de importante exposição das tensões Norte X Sul.<sup>47</sup>

A situação aproximou os países subdesenvolvidos – termo substituído pelo eufemismo “em desenvolvimento” – especialmente os amazônicos, liderados pelo Brasil. O tema da ameaça à soberania e à internacionalização da Amazônia era sensível em todos os países que a compartilhavam, de modo que iniciou-se uma lenta aproximação entre os países amazônicos até a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica em 1978. Deve-se frisar, que este Tratado não implicou em mudanças substanciais dos signatários no sentido de articularem efetiva proteção ao bioma, sua função era muito mais afirmar a soberania dos países amazônicos frente às críticas ambientalistas vindas dos países desenvolvidos.<sup>48</sup>

Pouco antes da assinatura deste tratado, em 1976, houve aproximação entre Brasil e Peru, concretizada num encontro entre os ditadores dos dois países –

---

<sup>47</sup> Cf.: SILVA, Rodolfo Ilário. **A cooperação multilateral entre os países amazônicos**: a atuação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Marília: UNESP, 2012.

<sup>48</sup> Cf. *Ibidem* e NUNES, Paulo Henrique. Faria. *Op. Cit.*

Geisel e Morales Bermúdez – na fronteira das duas nações, localizada na região amazônica, durante o qual assinaram vários acordos.<sup>49</sup>

Para a construção do Tratado de Cooperação Amazônico muitos óbices foram superados. Entre os principais estavam o medo de que o Tratado se tornasse um instrumento de domínio brasileiro sobre a região, as querelas fronteiriças<sup>50</sup> e o desinteresse da Venezuela, que estava mais focada em sua participação na Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Por outro lado, pesaram favoravelmente para a assinatura do Tratado: a necessidade de garantir a soberania dos Estados sobre seus quinhões amazônicos para que continuassem suas obras na região, o enfraquecimento a qualquer menção à internacionalização e, ao mesmo tempo, sinalizar à comunidade internacional que havia preocupação com o meio ambiente e, particularmente para o Brasil, afastar a sombra do “subimperialismo” que pesou depois dos acordos para construção de Itaipu.<sup>51</sup>

Segundo o general Meira Mattos, o objetivo principal do TCA era “instituir um mecanismo permanente que regularize e intensifique os contatos entre os Governos e setores técnicos da zona”;<sup>52</sup> ou seja, o fortalecimento da relação entre as nações era a meta do Tratado. Para o militar, os méritos do tratado eram respeitar as soberanias nacionais e as consequentes ações dos Estados na Amazônia e, ao mesmo tempo, fortalecer a região como zona de contato entre o planalto brasileiro, a região platina, as nações andinas e a região das Guianas, o que significaria torná-la um centro articulador de toda a América do Sul.

Cabe destacar, conforme Rodolfo Silva,<sup>53</sup> que a integração, no sentido de construir infraestrutura física com vias de acesso e comunicação (tais como estradas, hidrovias, etc.), não constava entre os objetivos do TCA. A integração entendida desta forma não era consensual entre os signatários do Tratado, dadas as complexidades sociais, físicas, topográficas, climáticas e biológicas da região, daí que no texto do Tratado as expressões escolhidas tenham sido “cooperação” e

---

<sup>49</sup> Cf.: NUNES, Paulo Henrique Faria. *Op. Cit.* p. 219.

<sup>50</sup> Ver nota 11.

<sup>51</sup> Cf.: *Ibidem* p. 224.

<sup>52</sup> MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica da Pan-Amazônia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980 – gentilmente fornecido pela Gerência de Acervos Digitais, Secretaria da Cultura do Estado do Amazonas, Governo do Estado do Amazonas.

<sup>53</sup> Cf. SILVA, Rodolfo Ilário. *Op. Cit.*

“desenvolvimento harmônico” à “integração”,<sup>54</sup> uma vez que a cooperação implicaria em consenso na tomada de decisões em benefícios para todos os participantes de maneira equânime, e a “integração”, entendida prioritariamente como construção de estrutura física de acesso, impactaria fortemente a região, reduzindo-a à fonte de recursos escassos e baratos para o mercado internacional.

A importância que a preservação ambiental e das culturas tradicionais adquiriu no contexto de redemocratização das repúblicas latino-americanas, a partir dos anos 1980, pode ser aferida pela incorporação do tema nas novas constituições.<sup>55</sup> Uma novidade interessante destacada por Silva<sup>56</sup> foi o poder de proteger o meio ambiente conquistado pelas sociedades civis, em especial nos países amazônicos, onde a possibilidade de denunciar e punir eventuais danos ambientais passaram a existir, e os povos originários ganharam proteção, ao menos na letra da lei.

A defesa do meio ambiente e das culturas tradicionais ganhou forte amparo internacional em 1989, quando a Organização Internacional do Trabalho aprovou a Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais. A OIT, desde o início do século XX, se ocupava do tema do trabalho dos povos indígenas, no entanto, os questionamentos impulsionados pelas reivindicações do direito à diferença que eclodiram a partir dos anos 1960, pressionaram a instituição a rever seus posicionamentos.<sup>57</sup> Deste modo, a Convenção nº 169 tornou-se um marco à medida que consagrava o direito à diferença e a necessidade de que os povos fossem consultados sobre qualquer interferência nas terras em que viviam. Assim, tal Convenção – a partir do momento em que foi ratificada – comprometeu os diversos Estados Nacionais a consultar as populações indígenas sobre quaisquer interferências em seus territórios, logo poderiam redirecionar a lógica das dinâmicas estatais na Pan-Amazônia. Esta Convenção foi ratificada pelos Congressos nacionais no Peru em 1994 e no Brasil em 2002.

---

<sup>54</sup> *Ibidem*, p. 59.

<sup>55</sup> Constituições que incorporaram a proteção ao meio ambiente: Bolívia (desde 1994 e continua na atual 2009); Brasil (1988); Colômbia (1991); Equador (1998); Peru (1993). Cf. SILVA, R. I. *Op. Cit.*

<sup>56</sup> Cf. SILVA, Rodolfo Ilário. *Op. Cit.*

<sup>57</sup> Cf.: CONVENÇÃO Nº169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT/Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2011.

Por outro lado, ao mesmo tempo que as populações tradicionais e as causas ambientais ganhavam a cena pública, as demandas econômicas também urgiram: globalização, internacionalização, integração econômica tornaram-se palavras de ordem ditadas pela então aclamada nova ordem mundial, no final dos anos 1980. A região pan-amazônica foi abarcada por esta nova dinâmica de muitas maneiras: como uma possível ligação alternativa entre o Pacífico e o Atlântico, como produtora de energia elétrica, como nova fronteira da produção de bens primários para exportação, renomeados de *comodittes*, por sua padronização para o mercado.

Em 1993, o sociólogo peruano radicado no Brasil, Enrique Amayo Zevalos, publicou uma análise sobre a possibilidade de construção de uma ligação entre a Amazônia brasileira e o Oceano Pacífico, que à época, já era ventilada por grandes construtoras brasileiras.<sup>58</sup> Para o pesquisador, a viabilidade de tal projeto dependeria de muitas variáveis: a participação de estudiosos de ambos os países para minimizar os danos ambientais, que o projeto fomentasse a produção local ancorada a uma indústria baseada na manutenção da floresta em pé, como, por exemplo, a de fármacos. Além disso, o autor destacou a importância da bacia do Pacífico como produtora de tecnologia e possível mercado consumidor para os produtos amazônicos. Naquele momento, o Japão despontava como locomotiva da expansão econômica do Pacífico, ao ponto de se especular sobre investimentos deste país numa ferrovia capaz de ligar a Amazônia ao Pacífico, atravessando os Andes.<sup>59</sup>

Anos mais tarde, a ampliação das demandas do mercado global resultou em novos tratados: em 2000 foi assinada a Iniciativa para Integração Regional Sul Americana (IIRSA) e, em 2002 o TCA virou OTCA. De forma sucinta, o IIRSA diz respeito à integração da infraestrutura no continente, para acelerar a circulação de mercadorias e consiste em dez grandes eixos de integração ao longo de todo o continente sul-americano onde foram previstas diversas obras nos setores de transportes, comunicações e geração de energia. Destes dez eixos projetados,

---

<sup>58</sup> Cf.: AMAYO ZEVALLOS, E. Da Amazônia ao Pacífico cruzando os Andes. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.7, n17, p. 117-169,1993. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141993000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141993000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10/04/2020.

<sup>59</sup> *Ibidem*.

quatro passam pela região amazônica. Em 2002, o TCA incorporou “O” de Organização e passou a contar com uma estrutura para concretizar a aproximação entre os signatários do Tratado.<sup>60</sup> Sobre estes movimentos de integração, o sociólogo colombiano Carlos Gilberto Zárate Botía observou que se tratava muito mais de integrar a Amazônia ao mercado global, do que de aproximar as populações locais e superar séculos de políticas de colonização das fronteiras baseadas nas afirmações nacionais, na desconfiança entre vizinhos e na militarização.<sup>61</sup>

O autor colombiano indica a encruzilhada entre duas formas de integração em que os governos dos países amazônicos se encontram:

La disyuntiva es clara: por la primera vía la integración significará la aceleración de la destrucción de la riqueza biológica y cultural de la Amazonia mientras que por la segunda habrá espacio para una integración fronteriza horizontal, inclusiva y no destructiva de la región.<sup>62</sup>

A região da Pan-Amazônia está permeada por interesses contraditórios que os governos nacionais e regionais se esforçam para atender: da preservação da floresta em pé, das populações amazônicas e das diversas formas de vida à produção de energia e de *commodities* para exportação. A socióloga Edna Castro<sup>63</sup> mostrou como as obras de infraestrutura para integração continental na lógica de atendimento dos mercados globais apresentam importantes continuidades com o momento de eclosão do desenvolvimentismo (anos 1950 a 1970), apesar dos fortes impactos ambientais e sociais já exaustivamente comprovados daquelas políticas.

Cabe destacar, numa perspectiva histórica, a diferença entre os dois períodos: no ciclo do desenvolvimentismo dos anos 1950-1970 havia uma lógica de integração nacional, de integralização do território nacional, de consolidação de um mercado interno, e não havia espaço na grande imprensa e capacidade de

---

<sup>60</sup> Cf.: SILVA, R. I. *Op. Cit.* e NUNES, P. H. F. *Op. Cit.*

<sup>61</sup> Cf.: ZÁRATE BOTÍA, Carlos Gilberto. *Op. Cit.*

<sup>62</sup> Cf.: *Ibidem* p. 447.

<sup>63</sup> Cf.: CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração Sul-Americana. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/NZSbnDIdKLMvfNgtDKcp3jb/abstract/?lang=pt> Acesso em: 17/04/2020.

mobilização das críticas aos impactos de tais obras; enquanto que, no período mais recente, dos anos 2000 em diante, o horizonte da integração são as cadeias produtivas globais, e não mais os estados nacionais, tampouco os mercados internos aos países ou a região. Além disso, há o contexto democrático, no qual, em tese, denúncias sobre impactos de tais obras podem ser feitas, e há ainda a divulgação de muitos estudos sobre os impactos das obras do ciclo anterior, que deveriam servir como parâmetros para novas ações na região.

A disjuntiva indicada por Zárate Botía entre as duas formas de integração aparece no estudo de Edna Castro em vários exemplos, especialmente a partir da logística de produção e transporte de *commodities* na região. Entre os muitos casos mencionados pela autora, chama atenção a disputa entre os diferentes “tempos”: do capitalismo e o das populações locais pelo controle do transporte fluvial na região. De um lado, as barcaças de madeira cuja fabricação e manejo são baseados em conhecimentos locais, controlados por aquelas populações e à mercê dos tempos de cheia e vazantes dos rios e, de outro lado, o mercado de engenharia naval, e os grupos internacionais que almejam transporte mais ágil, que atenda às demandas de circulação global de mercadorias “just in time”, que defendem a modernização do setor.<sup>64</sup>

Castro demonstra que as três *commodities* mais exportadas pelo Brasil (soja, carne e minérios) são majoritariamente produzidos na Amazônia, fomentadas por grupos internacionais que pressionam por mais e melhor infraestrutura para a ampliação de seus negócios. Há ainda um outro recurso natural de extrema importância escamoteado nestes três itens mencionados: a água. Bertha Becker, geógrafa do panteão dos intérpretes do Brasil, a chamou de “ouro azul do século XXI” por ser um recurso cada vez mais escasso devido a problemas de distribuição e gestão.<sup>65</sup> A autora mostra que a soja e a carne bovina concentram parte importante da “água virtual” exportada pelo Brasil via *commodities* agrícolas. A mineração também é uma via de exportação indireta de água, por exemplo, a

---

<sup>64</sup> Cf.: *Ibidem*.

<sup>65</sup> Cf.: BECKER, Bertha. K; STENNER, Claudio. **Um futuro para a Amazônia**. São Paulo: Oficina de textos, 2008.

cadeia de produção de alumínio, que vai desde a extração da bauxita até o uso intensivo de eletricidade – produzida em hidrelétricas – para a fabricação do metal.

A utilização da água na região amazônica está no centro de recentes disputas entre as populações e os governos nacionais. Particularmente no Peru, devemos mencionar a disputa em torno da construção da hidrelétrica de Inambari. Segundo estudos,<sup>66</sup> tal empreendimento resultaria no segundo maior lago do Peru, atrás do Titicaca. Tamanho alagamento artificial da floresta teria fortes impactos que iriam desde o deslocamento das populações, alterações nas dinâmicas dos rios, aumento das emissões de carbono da mata submersa, entre outras consequências. A resistência popular à hidrelétrica reivindicou o cumprimento da Convenção n°169 da OIT, ratificada pelo governo peruano em 1994, cujo teor é claro em exigir consulta prévia a população em qualquer tipo de intervenção em terras indígenas, como era o caso da área onde a hidrelétrica estava projetada.<sup>67</sup>

Uma ampla mobilização popular, capitaneada por organizações indígenas, resistiu à violenta repressão do Estado e, em 2011, obrigou o Estado a suspender os contratos para as obras e a organizar uma consulta à população sobre a hidrelétrica, cumprindo assim a Convenção n°169 da OIT.<sup>68</sup>

Portanto, a partir da década de 1970, a percepção da região amazônica simultaneamente em sua inteireza e diversidade, para além das fronteiras nacionais, se relacionou diretamente com as novas temáticas globais: de um lado a produção de *comodittes* e as obras de infraestrutura para exportá-las, de outro, as populações locais e a luta para a manutenção dos diversos modos de vida e da floresta em pé.

### **Considerações finais: entre rupturas e continuidades**

Os rios são estruturantes para as populações amazônicas há milênios, assim, as águas podem ser um termômetro importante para a disputa de interesses na

---

<sup>66</sup> DOUROJEANNI, Marc DOUROJEANNI Diego, BARADIARÁN, Alberto. **Amazonia peruana em 2021**. Lima: ProNaturaleza, 2009.

<sup>67</sup> *Ibidem*.

<sup>68</sup> Cf.: MARSILIO, Pedro Garcia. **Impactos e características nos projetos hidrelétricos Sul-americanos: o caso de Inambari no Peru, o investimento brasileiro e a lei de consulta prévia, 2006-2011**. (2012.) Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Ciências Econômicas) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/119844> Acesso em: 20/08/2020.

região e da inescapabilidade da perspectiva transnacional para compreender a região. Como os marcos históricos são construções, pode-se propor que Guerra da Água que aconteceu no ano 2000, na cidade de Cochabamba, na Amazônia Boliviana, como o início do século XXI latino-americano. Neste episódio, a população se levantou contra a privatização de um recurso básico e, na disputa com o capital internacional, fez valer o direito à água como um bem social.<sup>69</sup> Outro exemplo bem-sucedido de resistência popular às políticas impostas à região amazônica quanto aos recursos hídricos, foi a já mencionada paralisação do projeto de hidrelétrica Inambari, na Amazônia Peruana em 2011.<sup>70</sup> Estes são dois claros exemplos de mobilização dos povos amazônicos para a preservação de seus recursos naturais e qualidade de vida contra as imposições dos centros de poder dos Estados, com vistas a atender interesses do capital internacional, desconsiderando os impactos locais. Deve-se mencionar por sua importância estratégica para as duas vitórias recentes contra tais iniciativas, a resolução 169 da Organização Internacional do Trabalho de 1989, referente aos povos indígenas e tribais – ela mesma fruto de uma crescente articulação transnacional destes povos desde meados do século XX.

Apesar do crescente espaço que a proteção do meio ambiente e das populações tradicionais ganhou nas discussões internacionais a partir dos anos 1970, muitas obras ainda são propostas e realizadas sem o devido dimensionamento de seus impactos na vida das populações e no meio ambiente. Contudo, desde a crise econômica de 2008 – que ainda repercute em 2020 – somado aos inegáveis impactos do aquecimento global, aumentou o número de adeptos do “*green new deal*”: um novo acordo que reestruturaria o capitalismo sobre novas bases energéticas, que se coloca como solução simultânea para as crises econômica e climática.<sup>71</sup> Tal novo acordo coloca, pelo menos no âmbito

---

<sup>69</sup> Cf.: CRESPO, Carlos *et. al.* La Guerra del Agua en Cochabamba, Bolivia: dos lecturas. **Cuadernos del Cendes**, Caracas, v. 22, n. 59, p. 185-188, 2015. Disponível em: <[http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1012-25082005000200019&lng=es&nrm=iso](http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1012-25082005000200019&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 21/08/2020.

<sup>70</sup> MARSILIO, P. G. *Op. Cit.*

<sup>71</sup> Cf.: RAMPINI, Federico. Green New Deal, o plano democrático para salvar o meio ambiente que assusta Trump. **Revista IHU** (15/03/2019) tradução Luisa Rabolini Disponível em:

discursivo, a possibilidade de crescimento econômico a partir da preservação ambiental. Propostas para o desenvolvimento pautado em novas bases energéticas, principalmente no uso de novas tecnologias e de indústrias, como a de fármacos, que valorizem a “floresta em pé” já constavam em publicações do início deste século da geógrafa Bertha Becker.<sup>72</sup> O que evidencia a pouca atenção dada à ciência pelos Estados no momento de fazer opções de investimentos.

O desenvolvimento, nas perspectivas mais contemporâneas, está necessariamente atrelado à melhoria da qualidade de vida das pessoas, como aponta o índice de desenvolvimento humano (IDH), que considera fatores como longevidade e educação. Deste modo, o desenvolvimento ainda é uma necessidade local, demonstrada pela média de escolaridade, no nordeste peruano (departamentos do Amazonas, Loreto, San Martín e Ucayali) é de 8,16 ano, enquanto nos estados amazônicos brasileiros são: 7,67 Amazonas; 6,98 no Acre e 6,92 no Pará, para ficarmos apenas em um exemplo de dados de 2018 retirados do Global Data Lab, do *Institute for Management Research*.<sup>73</sup>

Conforme demonstramos, o processo de colonização da Amazônia foi concretizado principalmente através de grandes obras, como a *Carretera Marginal de La Selva* ou a Transamazônica, promovidas pelos Estados, cujos impactos foram muitos. No caso peruano, a estrada possibilitou a instalação de plantações de coca para o narcotráfico na região e, no caso brasileiro, fomentou a grilagem de terras e o garimpo ilegal, entre outras consequências. São frutos de uma tradição de intervenções estatais emanadas dos centros, que visam atender demandas alheias àquelas das populações que ali vivem. No entanto, isso significa que as ações estatais na região precisam ser melhor qualificadas e visarem o “bem comum”, o próprio ideal da “res-pública”. Para isso, o olhar transnacional para a região consiste numa importante ferramenta, colocar em perspectivas alguns problemas, e claro, possíveis soluções.

Por fim, neste artigo analisamos alguns momentos de ações estatais na região amazônica para compreender como a perspectiva de um olhar

---

<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/587486-green-new-deal-o-plano-democratico-para-salvar-o-meio-ambiente-que-assusta-trump> Acesso em: 12/10/2020.

<sup>72</sup> Cf.: BECKER, B. K; STENNER, C. *Op. Cit.*

<sup>73</sup> Fonte dos dados Disponível em: <https://globaldatalab.org/shdi/shdi/>. Acesso em: 12/10/2020.

transnacional para a região, demandado pelo contexto de globalização, pode servir a caminhos muito diferentes: de um lado a integração para o mercado internacional de *comodities*, de outro, a integração para a preservação da floresta e de suas populações.

### Referências bibliográficas

ABREU, Alzira de. Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) In: **Dicionário Temático CPDOC /FGV** (s/d) Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-do-plano-de-valorizacao-economica-da-amazonia-spvea> Acesso em: 20/02/2020.

AMAYO ZEVALLOS, Enrique. Da Amazônia ao Pacífico cruzando os Andes. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.7, n.17, p. 117-169, 1993. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141993000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141993000100006&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 10/04/2020.

ARAUJO, ROBERTO et al. Territórios e alianças políticas do pós-ambientalismo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 33, n. 95, p. 67-90, 2019. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142019000100067&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142019000100067&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 14/08/2020.

BARREIRA, Solange. Investidores internacionais pressionam governo brasileiro sobre crise ambiental. **Ecodebate** (2020). Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2020/06/23/investidores-internacionais-pressionam-governo-brasileiro-sobre-crise-ambiental/>. Acesso em: 18/08/2020.

BECKER, Bertha. K. **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BECKER, Bertha. K; STENNER, Claudio. **Um futuro para a Amazônia**. São Paulo: Oficina de textos, 2008.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BONFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. Fronteira Amazônica e planejamento na época da Ditadura Militar no Brasil: inundar a Hiléia de civilização? **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v. 30 n. 1, p.13-33, 2010.

BLOCH, Marc. Por una historia comparada de las sociedades europeas. In: \_\_\_\_\_. **Una historia viva**. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1992 p. 63 – 98.

BORGES, Fábio AYMARA, Shyrley Tatiana Peña. A presença de construtoras

brasileiras no Peru nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula (1995-2010): aproximações e conflitos. **Revista Paiguas** Coxim.v. 1, n. 1 p. 14-38, 2015. Disponível em: <https://seer.ufms.br/index.php/revpaiaguas/article/view/1010> Acesso em: 12/10/2020.

BRAGA, Márcio Bobick FIGUEIREDO, Alexandre Ganan B. Simón Bolívar e o Congresso do Panamá: o primeiro integracionismo latino-americano. **Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica** Rio de Janeiro. vol. 9, n. 2. p. 308-329,2017, Disponível em: <http://www.revistapassagens.uff.br/index.php/Passagens/article/view/141> Acesso em: 11/08/2020.

BUSTAMANTE Y RIVERO, Jose Luis. Mensaje del Presidente constitucional del Perú, doctor José Luis Bustamante y Rivero, ante el Congreso Nacional, el 28 de julio de 1948. Disponível em: [https://www.congreso.gob.pe/participacion/museo/congreso/mensajes/mensaje\\_nacion\\_congreso\\_28\\_julio\\_1948](https://www.congreso.gob.pe/participacion/museo/congreso/mensajes/mensaje_nacion_congreso_28_julio_1948) Acesso em: 20/01/2015..

CALAVIA SAEZ, Oscar. O inca pano: mito, história e modelos etnológicos. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 07-35, 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132000000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132000000200001&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 18/08/2020.

CAMPOS, Emerson LOHN, Reinaldo. O Tempo presente entre operações e tramas. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n.24, p. 97-113,2017. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1176/687> Acesso em: 20/09/2020.

CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração Sul-Americana. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61,2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/NZSbnDjdKLMvfNgtDKcp3jb/abstract/?lang=pt> Acesso em: 17/04/2020.

CONVENÇÃO Nº169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT/ Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2011.

COSTA, Jose Alberto Machado da PONTES, Rosa Oliveira de. Zona Franca de Manaus (ZFM): circunstâncias históricas e cenário contemporâneo e agenda de aperfeiçoamento. In: SILVA, Osiris M. Araújo HOMMA, Alfredo K. Oyama. (orgs.) **Pan - Amazônia: visão histórica, perspectivas de integração e crescimento**. Manaus: FIEAM, 2015. p. 221-265.

CRESPO, CARLOS et alli . La Guerra del Agua en Cochabamba, Bolivia: dos lecturas. **Cuadernos del Cendes** , Caracas, v. 22, n. 59, p. 185-188, 2005. Disponível em: [http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1012-25082005000200019&lng=es&nrm=iso](http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1012-25082005000200019&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 21/08/2020.

DOUROJEANNI, Marc DOUROJEANNI Diego, BARADIARÁN, Alberto. **Amazonia peruana em 2021**. Lima: ProNaturaleza, 2009.

DOUROJEANNI, MARC Belaúnde en la Amazonia. **Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Práctica**. Disponível em: <https://www.caaap.org.pe/2017/06/12/belaunde-en-la-amazonia-por-marc-j-dourojeanni/>. Acesso em: 29/08/2020.

DULCI, Tereza Maria Spyer. **As conferências pan-americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889-1928)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FARRET, Rafael Leporace PINTO, Simone Rodrigues. América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. **Topoi**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, pág. 30-42, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-101X2011000200030&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2011000200030&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 19/08/2020.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e Precusores do desenvolvimentismo no Brasil. In BASTOS, Pedro Paulo Zahluth e FONSECA, Pedro Cezar Dutra (orgs.) **A era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Ed Unesp, 2012. p. 21-49

FURTADO, Celso Monteiro. **Planejamento Econômico - Fundamentos**. Curso Superior de Guerra C-73-54. Rio de Janeiro: ESG, 1954

GONZALEZ ARANA, Roberto. El pacto Andino (1969-1999): un balance a tres décadas de su fundación. **Investigación y Desarrollo** Barranquilla, n. 10, p. 124-139, 1999.

LA CARRETERA MARGINAL DE LA SELVA - VILLA RICA-PUERTO PACHITEA. **Estudio de factibilidad Técnica y económica**. Lima: INP/New York: TAMS American Corporation, 1966

LACERDA, Luiz Felipe. **Diagnóstico sócio-ambiental da tríplice fronteira amazônica: Brasil, Colômbia, Peru**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2019.

MAIO, Marcos Chor. A UNESCO e o projeto de criação de um laboratório científico internacional na Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 115-130, 2005.

MARSILIO, Pedro Garcia. **Impactos e características nos projetos hidrelétricos Sul-americanos: o caso de Inambari no Peru, o investimento brasileiro e a lei de consulta prévia, 2006-2011**. (2012). Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Ciências Econômicas) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho,

Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/119844>. Acesso em: 20/08/2020.

MÉDIA DE ANOS DE ESCOLARIDADE BRASIL E PERU. **Globaldatalab.org** (2020). Disponível em [https://globaldatalab.org/shdi/msch/BRA/?levels=4&interpolation=0&extrapolation=0&nearest\\_real=0&years=2018%2B2017&colour\\_scales=national](https://globaldatalab.org/shdi/msch/BRA/?levels=4&interpolation=0&extrapolation=0&nearest_real=0&years=2018%2B2017&colour_scales=national) Acesso em: 13/10/2020.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica da Pan-amazônia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980 – gentilmente fornecido pela Gerência de Acervos Digitais, Secretaria da Cultura do Estado do Amazonas, Governo do Estado do Amazonas .

NUNES, Osório. **Introdução ao Estudo da Amazônica Brasileira**. 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1951.

NUNES, Paulo Henrique Faria. **A institucionalização da Pan-Amazônia**. Curitiba: Editora Prismas, 2018

OLIVEIRA NETO, Thiago. Rodovia Transamazônica: Falência De Um Grande Projeto Geopolítico. **Revista Geonorte**, Manaus, v. 4, n. 12, p. 282 - 298, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/revista-geonorte/article/view/1166> Acesso em: 10/08/2020.

PENNA FILHO, Pio. Reflexões sobre o Brasil e os desafios Pan-Amazônicos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 56, n. 2, p. 94-111, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35829339006> Acesso em: 10/08/2020.

PERÚ: proyectos por US\$3.800m favorecerán construcción y rehabilitación de carreteras

**Agencia Peruana de Noticias** (21 de março de 2012) Disponível em: <https://www.americaeconomia.com/negocios-industrias/peru-proyectos-por-us3800m-favoreceran-construccion-y-rehabilitacion-de-carreter>. Acesso em: 10/08/2020.

PIZARRO, Ana. **Amazônia- as vozes do rio: imaginário e modernização**. Tradução: Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: UFMG, 2012

PRADO, Maria Lígia. América Latina: história comparada, histórias conectadas, história transnacional. **Anuario Digital Escuela de História** Rosario, n.24, p.9-22 2012. Disponível em: <https://rephip.unr.edu.ar/handle/2133/3719>. Acesso em: 20/09/2020.

RAMPINI, Federico. Green New Deal, o plano democrático para salvar o meio ambiente que assusta Trump. **Revista IHU** (15/03/2019) tradução Luisa Rabolini.

Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/587486-green-new-deal-o-plano-democratico-para-salvar-o-meio-ambiente-que-assusta-trump>. Acesso em: 12/10/2020.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Experiências do Planejamento Regional no Brasil**. Curso Superior de Guerra. C-82-54. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1954.

\_\_\_\_\_. **A amazônia e a cobiça internacional**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Cia. Editora Americana, 1972.

RODRIGUEZ BERUFF, Jorge. **Los militares y el poder: un ensayo sobre la doctrina militar em el Peru: 1948-1968**. Lima: Mosca Azul Editores, 1983.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional: o poder executivo & Geopolítica do Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

SILVA, Rodolfo Ilário. **A cooperação multilateral entre os países amazônicos: a atuação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Marília: UNESP, 2012.

SILVA, Osiris M. Araújo HOMMA, Alfredo K. Oyama. (orgs.) **Pan - Amazônia: visão histórica, perspectivas de integração e crescimento**. Manaus: FIEAM, 2015.

SNYDER, David E. "The 'Carretera Marginal De La Selva': A Geographic Review and Appraisal." **Revista Geográfica**, Washington, n. 67, p. 87-100, 1967. Disponível em: [www.jstor.org/stable/40992950](http://www.jstor.org/stable/40992950). Acesso em: 05/08/2020.

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS – SUFRAMA. **Modelo Zona Franca**. História, 2014. Disponível em: [http://www.suframa.gov.br/zfm\\_historia.cfm#:~:text=A%20Zona%20Franca%20de%20Manaus,de%201957%2C%20como%20Porto%20Livre](http://www.suframa.gov.br/zfm_historia.cfm#:~:text=A%20Zona%20Franca%20de%20Manaus,de%201957%2C%20como%20Porto%20Livre). Acesso em: 01/11/2020.

WEINSTEIN, Bárbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n. 14, p. 9-36, 2013. Disponível em: <https://anphlac.emnuvens.com.br/anphlac/article/view/2331>. Acesso em: 01/09/2020.

ZÁRATE BOTÍA, Carlos Gilberto. El largo e incierto camino de la integración fronteriza en la Amazonia *In* SILVA, Osiris M. Araújo HOMMA, Alfredo K. Oyama. (orgs.) **Pan - Amazônia: visão histórica, perspectivas de integração e crescimento**. Manaus: FIEAM, 2015 p. 435-448.

Recebido: 09/05/2021  
Aprovado: 31/08/2021